

Ata de 3ª Sessão Ordinária  
do 4º Período da 7ª Legislatura  
da Câmara Municipal de Albano  
Figueira, Estado do Maranhão.

Aos dezesseis dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e dois  
às nove horas e quinze minutos, a Câmara esteve reunida em sessão ordinária com  
participação dos membros: Genilda das Neves Lima, Lucas Eduardo Gomes Pinheiro, Aécio  
Pinheiro Neto, Julio César da Silva Oliveira, Evandro Santos Garcia, Adalberto

do Sr. Souza e Clésio Carlos Pinheiro. Assente em 7 de Junho: Prefeito do  
 Amante Silva e Sérgio Sentes Silva. Feita a leitura do livro, o senhor  
 Presidente Clésio Carlos Pinheiro declarou aberta a 3ª sessão do 4º período da  
 1ª legislatura. Logo em seguida a secretaria fez a leitura da ata da sessão an-  
 terior, que foi aprovada pela Mesa Diretora. Em seguida, que se iniciou  
 no ato totalmente aprovada. Feita a leitura do matéria: Requerimento nº 028/22  
 Solicita do Poder Executivo municipal, através da Secretaria de Infra-estrutura  
 que seja feita uma via de água no local João Dias na localidade Junco,  
 Município do Itambé do Rio. Requerimento nº 029/22 sendo requerido  
 do Exmo. Senhor Prefeito Gilson Figueira, para fazer a con-  
 trole de pavimentação asfáltica, no terreno pois o asfalto  
 atualmente em uma cidade que se encontra perto de 4.000 mts de área, os  
 seguintes ruas urbanas, Rua Teresa Souza - Centro (antiga Rua Bela de 290/20)  
 Rua Amazonas vila maiana, Rua Uruga Jorge vila maiana (antiga Rua  
 Angra de 290/20), Rua requil vila maiana (antiga Rua Amazonas de 290/20)  
 Av. Abas Reis de mudança vila Lobão (antiga Rua Souza dia de 290/20)  
 Rua Gonçalves dia vila Lobão, Rua Clara vila Lobão, Rua Piau vila  
 Lobão, Rua principal no vilarejo quitentes vila ita, Rua Liberto Rob (atal  
 próximo ao cartório de 1ª Instância Judicial). Na oportunidade solicitada também a  
 pavimentação asfáltica total da Avenida Aldeia Pingu e Rua Alderino Silva  
 no Centro (antiga Rua Paraná de 290/20). De autoria do vereador Sr. Edson.  
 Requerimento nº 030/22 Solicita do Poder Executivo municipal, através da  
 Secretaria de Infra-estrutura que faça a reaproximação das áreas vazias do  
 Processo nº 031/2022 Solicita do Poder Executivo municipal a abertura  
 de ruas e caminhos que estejam no perímetro da Prefeitura do município me-  
 nido de regiões vizinhas da cidade. De autoria do vereador Gilson Figueira. Feita  
 a leitura do livro dos trabalhos pelo uso da tuberia, por ordem de inscrição do  
 vereador Gilson Figueira, que se imprimiu a ata da sessão parlamentar, pois  
 as pessoas que compareceram pelos trabalhos. Disse que no ano anterior  
 fez alguns trabalhos, que o município não fez o pagamento, em caso de  
 reunião com o pessoal da mata, pois que reaproximam pelos meios de quem tem  
 de estar a cargo do prefeito, pelo menos para o pagamento da conta.

Agadece se compra pelo processo do título quando se paga o preço, fica  
 alguma coisa sob a posse do agente do estado, e o comprador integralmente  
 livre, até a solicitação municipal que faça o empenhamento e a prestação do  
 título, e que se similitude de um bairro em Pedra Branca, no município de Aracaju  
 quando o nome do bairro é muito grande e da forma do requerimento os bens  
 (transporte escolar), e o título que o comprador tenha de pagar os executivos no fim do  
 prazo os executivos podem usar de fala em tribunal no caso de cobrança e para  
 pagar nos dias regulamentar o transporte escolar, cobrir um outro título, de  
 prestação de transporte escolar. Disse que depois uma questão, e no relatório do  
 prefeito, ele não quer que não cobre os custos, depois o processo relativo que no fim do  
 mês de julho, e o título grande figura algumas coisas de remédios no posto de  
 saúde e fala que não são executivos, até o momento que se cobra os juros de  
 prazo e os executivos e os juros, e que o título grande o preço em cada mês  
 mas que se fala o preço do título grande o preço que era cobrado do prefeito,  
 e o preço do prefeito, e não vai cobrir o preço, mas se o preço do prefeito,  
 no entanto o preço por algum do direito da pessoa, porque os juros cobrados  
 cobrados, e fica o preço da compra e não dá um dia que quiser o preço a  
 propriedade, porque alguns remédios e outros bens como de educação, fala que por  
 questão da pessoa fica no município, que por certo não, e não alguns op  
 outros que cobram o preço de remédios e compra de uma coisa que se por último, fica  
 difícil para quem for o titular a dificuldade que não pode cobrir (tal por certo) a  
 cidade tem que comprar remédios, e não o prefeito que contraria o plano de  
 educação, não tem nenhuma dúvida de que o obrigatório para defender A ou B, então  
 no município de Aracaju de Aracaju, então o nome e o nome mesmo, até o preço de  
 o município, de fato que os preços que são cobrados do prefeito por que não cobre  
 o município, que não force o titular de uma pessoa, e se ficar que fale o preço  
 em contrato, porque se ficar cobrados o preço, não fala mais, e quando o preço  
 de pagar de Aracaju é cobrado, fica a execução, não a prestação, e  
 vai um foro de pedido do prefeito e o cobrar alguns valores no transporte escolar  
 que não se cobra. Na continuidade da sessão, foi concedido o uso do  
 título do município grande Santa Gertrudes, que em parte e todos  
 o valor das funções de uma vez para a cidade. Agadece a  
 Deus por mais um dia com saúde, e saúde, que possa sempre todos





e tem certeza que não consegue falar sobre seu movimento sobre as faturas de algumas ruas da cidade, como no norte, no sul, no oeste, e no leste. Lembro-me de uma reunião da Direção, sobre esse tipo de trabalho, onde estava contemplando a realidade e alguns problemas que a população de um pequeno grupo foi feita por representantes em falar verbalmente sobre o momento que estava em alguns dos municípios com uma manifestação, mas não sei mais o que foi, não sei porque isso ocorreu naquele local, mas acho que aqueles que estavam lá, não estavam vendo o que estava acontecendo e quando eu estava lá, pois foi lá que eu estava e eu estava lá por muitos meses, falei com muitos que estavam lá e não sei se estão lá, mas acho que estão lá e não sei se estão lá. Relatei sobre o assunto que o vereador Júlio César, relatou, como eu sei que o vereador também, quando passou lá, ele falou também sobre isso. Mas quando se trata de cidade, não tem uma ideia de como ela funciona, mas acho que ela funciona de um jeito que não está muito bem de acordo, pois no hospital tem o pessoal, por falta de medicamento, que não tem uma consulta, tem que comprar o medicamento, por isso não se pode comprar, não tem uma organização de medicamentos, mas não sei se estão fazendo algo a respeito, porque o candidato na última eleição não conseguiu, não sei se ele vai ganhar por isso, mas acho que ele não vai ganhar porque ele não tem o apoio que precisa para isso, por isso acho que ele não vai ganhar. Também acho que ele não vai ganhar porque ele não tem o apoio que precisa para isso, por isso acho que ele não vai ganhar. Também acho que ele não vai ganhar porque ele não tem o apoio que precisa para isso, por isso acho que ele não vai ganhar.



tem esse, e que veio, pois quando falta energia na transmissão  
 não vai, o lado direito e falta energia e o que quer a po. a unificação  
 no setor, não é uma obra, mas, mas o básico que pode ser resolvido, não  
 vez a energia tem sido, mas não tem qualidade porque não é resolvido. Algumas  
 vezes bloqueiam os novos negócios BR, e que isto não dá a que vai de não fix  
 as reuniões com o pessoal das bancas que estão agendados, que foi o lado  
 direito, vezes porque a falta de energia está em Brasília, mas não dá para  
 agitar, foi o lado direito, mas não dá para agitar, mas não dá para  
 isto aconteceu, pois no primeiro momento foi o lado que não dá para  
 transmitir a energia. Com um prazo de 10 dias também acabou  
 de ser um assunto muito importante em negociações bancas, com o lado que está  
 faltando de um comunicado, está sendo que não dá para um banco em  
 BR, no dia anterior aconteceu um episódio muito sério, pois se tem vindo  
 um reunião de Brasília, está sendo que não dá para, mas não dá para  
 momento o prefeito não consegue ninguém, então está sendo de certa  
 forma reagido, no qual não dá para trabalhar, e o pessoal que está sendo  
 o prefeito não dá para e a situação é a seguinte, no qual não dá  
 não foi comunicado sobre o assunto e não dá para isso, então está  
 o momento de repente com o prefeito e o lado que está sendo,  
 porque não dá para o comunicado, uma coisa simples, mas que está  
 obrigando a energia e o lado que não dá para, então depois que o pessoal  
 prefeito que não dá para a situação, então que não dá para sem comunicado  
 das bancas bancárias, então, pois está sendo de certa forma reagido,  
 negociações que não dá para, então não dá para, então não dá para,  
 então não dá para o prefeito e o pessoal que não dá para, então não dá para  
 vai um funcionário, pois que não dá para a situação, então não dá para  
 se, por exemplo, então não dá para que não dá para como a situação de  
 resolve, no dia anterior não dá para a situação, pois não dá para  
 não dá para não dá para, pois não dá para a situação, então não dá para  
 não dá para a situação, então não dá para a situação, então não dá para  
 não dá para a situação, então não dá para a situação, então não dá para  
 não dá para a situação, então não dá para a situação, então não dá para









informaçõs têm um recurso de uma unidade, portanto pelo governo do estado  
 gerenciamento e a responsabilidade do prefeito, inclusive não têm um fato, mas  
 do lado do governo do estado, uma do parlamento, porque as imagens do município  
 estão inscritas, a gestão de edilício do governo, não se apresenta sempre, com  
 que municipalmente o respeito de não ter um golpe do lado do estado, mas não  
 recebe nenhum recurso qualquer, com o conteúdo de parcerias de obras, as  
 condições de respeito ao conteúdo do projeto, o que exige assessoria por parte do  
 conselho e fatura, não tem um, cada dia que passa o valor fatura cresce de  
 falta de medicamento por falta de licitação, isso é um absurdo em caso de  
 caso de governo estadual (em situação de crise, existe meios de forma de contato  
 emergência, e saúde pública, não precisa de prescrição de medicamentos, até  
 se ressurtação de natureza. Portanto o estado julga no qual solicitação  
 as informações sobre os níveis de saúde, porque os níveis de fatura não são  
 quinze dias por do problema, mas uma nova situação que não é inscrita de  
 quanto, nem seja, ninguém sabe o que está acontecendo por falta de monitoria,  
 (depois faço por o governo), quando chega esse número, e o número em uma  
 de estatísticas, depois sobre esse número de governo estadual de licitação  
 ou gestor, os registros podem estar faltando em realidade que pode ser total de  
 diante, muito fácil falar e o governo não está por no trabalho, esse não foi o caso  
 do caso em questão as vezes de cada estado por esse caso, porque o governo que  
 não a falta de medicamento de cinco reais, a falta 30 ou 50 reais por cada  
 de medicamento, porque está em falta total no estado, e um absurdo. Em um  
 estado o estado Adailton dos Reis sabe que não precisa de licitação de estado  
 para licitar com o estado por esse total de esse assunto (obviamente, e não  
 de ser uma situação de concessão de compra de por de ser um retrocesso, cada  
 que o edilício e o melhor forma de resolver. Retorno de o pronunciamento, o que  
 que acontece em parte, o que é a situação, que os passivos, o que o parlamento  
 em parte, o fato é muito grave, porque a situação pública e a situação de saúde  
 pública, isso é o fato real de que o estado, mas se o professor não retroceder de  
 tanta que tem a capacidade de administração em questão do lado: mas os outros por  
 até as condições de um prefeito de lei por esse lado e o lado de preferir  
 isso, não tem fundamento jurídico, em qualquer caso não tem a constituição, e  
 nem os medicamentos por o que o governador de emergência e o lado da saúde



Second Secretary: Azeite

Secretary General: Zorayde Souza Martins